



UEPB

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS I
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MONIQUE RAFAELE DA SILVA ARRUDA

**A ORGANIZAÇÃO “TÉCNICA” DO TRABALHO NA INDÚSTRIA PARAIBANA:
ASPECTOS HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS**

**CAMPINA GRANDE
2019**

MONIQUE RAFAELE DA SILVA ARRUDA

**A ORGANIZAÇÃO “TÉCNICA” DO TRABALHO NA INDÚSTRIA PARAIBANA:
ASPECTOS HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em
Serviço Social.

Orientador: Prof^a. Alcione Ferreira da Silva.

**CAMPINA GRANDE
2019**

A779o Arruda, Monique Rafaela da Silva.

A organização "técnica" do trabalho na indústria paraibana [manuscrito] : aspectos históricos e tendências atuais / Monique Rafaela da Silva Arruda. - 2019.

29 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2019.

"Orientação : Profa. Ma. Alcione Ferreira da Silva , Departamento de Serviço Social - CCSA."

1. Indústria na Paraíba. 2. Trabalho na indústria. 3. Organização técnica do trabalho. 4. Setor industrial. I. Título

21. ed. CDD 338.1

MONIQUE RAFAELE DA SILVA ARRUDA

**A ORGANIZAÇÃO "TÉCNICA" DO TRABALHO NA INDÚSTRIA PARAIBANA:
ASPECTOS HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
apresentado à Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharela em
Serviço Social.

Aprovada em: 17/06/2019.

BANCA EXAMINADORA

Alcione Ferreira da Silva
Profª. Ma. Alcione Ferreira da Silva (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Moema Amelia Serpa Lopes de Souza
Profª. Drª. Moema Amelia Serpa Lopes de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Maria do Socorro Pontes de Souza
Profa. Ma. Maria do Socorro Pontes de Souza
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Em memória de Gustavo Bento da Silva, homem analfabeto, mas sábio, que incentivou minha educação formal e continua sendo minha inspiração de vida.

Aos meus pais e aos meus irmãos...eu não consigo imaginar uma versão da minha vida onde vocês não existissem.

Á todos os homens e mulheres filhos da indústria que tanto lutaram para que hoje pudéssemos ter nossos direitos “garantidos”.

“Consagre ao Senhor tudo o que você faz
e os seus planos serão bem sucedidos.”
Provérbios 16:3

“Que darei eu ao Senhor, por todos os
benefícios que me tem feito?” Salmos
116:12

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Percentual da composição setorial (2016).....	21
	Unidades locais industriais que adotam estratégias de gestão e respectivo pessoal ocupado, segundo tipos de estratégia	
Tabela 2 –	Estado da Paraíba (1999).....	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNI	Confederação Nacional da Indústria
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
FAO	Food and Agriculture Organization
CSN	Companhia Siderúrgica Nacional
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
IPEADATA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ICMS	Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços
PIB	Produto interno bruto
AMBEV	Companhia de Bebidas das Américas

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	9
2	DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E “RACIONALIZAÇÃO” DO TRABALHO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS.....	9
2.1	<i>O processo de industrialização.....</i>	9
2.2	<i>Da cooperação à grande indústria.....</i>	10
2.3	<i>Revolução industrial, trabalho e “questão social”.....</i>	12
2.4	<i>A organização “técnica” do trabalho no século XX: Taylorismo- fordismo e Toyotismo.....</i>	14
3	ESTRUTURA PRODUTIVA E PARQUE INDUSTRIAL NO BRASIL E NA PARAÍBA.....	17
3.1	<i>Produção industrial e as particularidades do capitalismo brasileiro.....</i>	17
3.2	<i>Panorama histórico da indústria paraibana.....</i>	19
4	DINÂMICAS ATUAIS DA INDÚSTRIA PARAIBANA E SEUS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO.....	20
4.1	<i>A composição do setor industrial.....</i>	20
4.2	<i>Reestruturação produtiva e gestão da força de trabalho: apontamentos gerais.....</i>	22
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
	REFERÊNCIAS	25

A ORGANIZAÇÃO “TÉCNICA” DO TRABALHO NA INDÚSTRIA PARAIBANA: ASPECTOS HISTÓRICOS E TENDÊNCIAS ATUAIS

Monique Rafaela da Silva Arruda¹

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso teve como objetivo apresentar uma breve análise acerca da organização “técnica” do trabalho na indústria paraibana. Metodologicamente, o trabalho foi construído através de uma abordagem qualitativa, com análise documental e pesquisa bibliográfica, tendo como principal fonte de dados e informações instituições como o CNI e IBGE, além da utilização de referências dos autores Huberman (1986), Yamamoto (2000) e Paulo Netto (2006) dentre outros, que contribuíram com a reflexão da temática nos ajudando a observar a importância da indústria na geração de emprego e no desenvolvimento da economia do estado da Paraíba.

Palavras-chave: Indústria; Trabalho; Organização técnica do trabalho.

RESUMEN

El presente trabajo de conclusión de curso tuvo como objetivo presentar un breve análisis acerca de la organización "técnica" del trabajo en la industria paraibana. El trabajo fue construido a través de un abordaje cualitativo, con análisis documental e investigación bibliográfica, teniendo como principal fuente de datos e informaciones instituciones como el CNI e IBGE, además de la utilización de referencias de los autores Huberman (1986), Yamamoto (2000) y Paulo Netto (2006) entre otros, que contribuyeron con la reflexión de la temática ayudándonos a observar la importancia de la industria en la generación de empleo y en el desarrollo de la economía del estado de Paraíba.

Palabrasllaves: La industria; Trabajo; Organización técnica del trabajo

¹ Graduanda em Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Campina Grande, PB, Brasil. E-mail: monique_arruda@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho de Conclusão de Curso, objetivamos analisar em que bases sociais, políticas e econômicas foi construída a organização “técnica” do trabalho na indústria da Paraíba.

Nesse sentido, buscamos apresentar uma sucinta contextualização histórica sobre a Revolução Industrial e o processo de industrialização pelo mundo, o que nos leva a entender a forma lenta e tardia como a industrialização ocorreu no Brasil e consequentemente no estado da Paraíba.

Para tal, recorreu-se a uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental, de modo a fundamentar a análise proposta. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, “constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas”, (GERHARDT E SILVEIRA, 2009, p.37) recorrendo a fontes diversificadas acerca da temática abordada. Utilizamos as contribuições de estudos e pesquisas de autores do Serviço Social como: Huberman (1986), Yamamoto (2000) e Paulo Netto (2006) entre outros, pertinentes para o desenvolvimento e discussão da temática.

Deste modo, para melhor compreensão do conteúdo abordado nesse trabalho, apresentaremos nas seguintes seções: o desenvolvimento industrial e “racionalização” do trabalho, discutindo o processo de industrialização, o trabalho e a questão social dentro deste contexto, bem como a organização “técnica” do trabalho no século XX através dos modelos de produção taylorista-fordista e toyotista. A segunda seção, busca desenvolver a estrutura produtiva e o parque industrial no Brasil e na Paraíba, em especial a produção industrial e as particularidades do capitalismo brasileiro além do panorama histórico da indústria paraibana. A terceira e última seção, busca-se discutir as dinâmicas atuais da indústria paraibana e seus impactos sobre o trabalho.

2 DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL E “RACIONALIZAÇÃO” DO TRABALHO: FUNDAMENTOS HISTÓRICOS

2.1 O processo de industrialização

Industrialização é um nome genérico para um conjunto de processos econômicos e sociais relacionados com a descoberta de formas mais eficientes para a criação de valor. Essas formas mais eficientes são agrupadas sob o rótulo de “indústria” ou “setor secundário” (o setor primário de atividade econômica se refere à agricultura, caça, pesca e extração de recursos, e o setor terciário refere-se à serviços). Começando com o final do século XVII, a atividade industrial aumentou drasticamente seu escopo e escala, à medida que a indústria mecânica começou a substituir a manufatura.

Usando o critério da brusquidão da mudança podem-se distinguir dois tipos de mudança econômica: eventos (mudanças singulares rápidas) e processos (mudanças cumulativas prolongadas). A industrialização é um processo, não um evento. Um processo é uma propriedade emergente de um sistema (país ou região) resultante de uma coleção de eventos que compartilham várias semelhanças e que se desdobram em uma escala de tempo mais lenta do que a de seus eventos componentes. Se um empreendedor abre uma planta industrial em uma região agrária, esse evento singular não pode ser rotulado como industrialização. Se uma coleção de eventos desse mesmo tipo alcançar um significado suficiente para a

economia local, acadêmicos e formuladores de políticas têm o direito de se referir a ela em um nível mais alto de generalização, isto é, eles podem falar de um processo de industrialização mudando a face daquela economia regional. Dois outros problemas conceituais exigem especificação nesse contexto (BAENINGER e DE PAULA GONÇALVES, 2016).

Primeiro, é preciso distinguir entre crescimento econômico quantitativo e mudança econômica qualitativa. Se uma região já industrial presencia a abertura de algumas novas plantas industriais, é inadequado rotular esse conjunto de eventos como industrialização. Em vez disso, devemos nos referir a ela como simplesmente continuando o crescimento industrial ou o crescimento econômico.

O conceito de "industrialização" deveria restringir-se à mudança econômica qualitativa que ocorre sempre que uma economia agrária se torna tão afetada pela abertura de novas instalações industriais que se torna enganoso continuar referindo-se a ela como uma economia agrária. Em outras palavras, a industrialização se caracteriza pelo processo de desenvolvimento industrial em uma determinada localidade, cujo principal interesse é a substituição do modo de produção para maximização dos lucros (FRANCISCO, [200-?]).

2.2 Da cooperação à grande indústria

O trabalho dentro da história da humanidade é um elemento que se confunde com a própria evolução humana, pois, a partir do trabalho é que o homem pôde se adaptar à natureza, transformar as relações sociais e, inclusive evoluir para condições tecnologicamente mais avançadas.

Diferente dos animais irracionais, que se adaptam passivamente ao meio ambiente, o homem atua sobre o ambiente de forma ativa, obtendo os bens materiais necessários para sua existência com seu trabalho. Conforme define Marx (1967, p.188) o trabalho é “um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza”. Logo, o trabalho surgiu a partir do momento em que o homem começou a transformar a natureza e o ambiente ao seu redor através da fabricação de ferramentas e utensílios a fim de satisfazer as suas necessidades mais primárias.

Durante séculos a humanidade esteve em regimes de trabalho voltados para o sistema doméstico de produção, onde a maior parte da população dedicava-se à lavoura ou exercia outras atividades ligadas ao campo, porém, é a partir do século XVII que iniciou-se o processo de ruptura deste sistema de produção e ocorreu o avanço científico e tecnológico que nos levou posteriormente, ao grande marco da humanidade denominado de Revolução Industrial.

Na sociedade pré-industrial o trabalho e a vida social se misturavam, pois as famílias viviam em pequenos lotes de terra, cultivando principalmente para consumo doméstico, ou seja, seus empregos não eram supridos por uma organização, mas pelas exigências de suas condições de vida, pelas exigências de um empregador e pelas coisas que precisavam ser feitas naquele momento e lugar (BRIDGES, 1995, p.38 apud WOLECK, 2002).

As cidades floresceram no século XIII no norte da Itália e depois na Holanda, Bélgica e Inglaterra. As novas cidades foram separadas do antigo sistema solar no campo. Não mais vinculados a terra e às obrigações feudais, comerciantes e artesãos das cidades encontraram um novo meio de vida na produção de produtos artesanais em oficinas e na comercialização de seu trabalho por dinheiro. A maioria desses ofícios - como tecelagem de tecidos, alvenaria e fabricação de móveis - era

muito trabalhosa, de modo que a produção era baixa e lenta para os padrões de hoje. Porém, conforme aponta Manfred (1977),

Embora as forças de produção se desenvolvessem lentamente no início da Idade Média, apesar disso o progresso foi firme, e o primeiro resultado deste processo foi uma nova divisão social do trabalho que facilitou mais o progresso econômico por toda a Europa. Gradualmente começou a traçar-se uma linha divisória entre a indústria e a agricultura. Apareceram cada vez mais cidades e outras aumentaram, desenvolvendo-se como centros industriais e comerciais.

As cidades pré-industriais, como Florença, tornaram-se os centros de aprendizado, produção artesanal, ajustes mecânicos e nova engenharia arrojada. Essa inovação incremental abriu o caminho para o frenesi de invenções que ocorreu durante a prolífica Revolução Industrial.

Segundo Chaves (2001), acontecimentos importantes na Inglaterra como a revolução gloriosa e a revolução puritana criaram as condições indispensáveis para a Revolução Industrial do século XVIII, limpando terreno para o avanço do capitalismo. A revolução gloriosa de 1689 significou uma modernização do estado, e mesmo que esta revolução não tenha produzido um estado controlado pela burguesia, a revolução gloriosa abriu espaço para que anseios e desejos dessa classe fossem colocados na ordem política britânica. Já o puritanismo, defendia o acúmulo de capitais, pois, o acúmulo de capitais era um sinal de predestinação da salvação da alma, e acumular capitais não era apenas guardá-los, mas sim investi-los em atividades que permitissem a sua reprodução. Assim, quando a revolução industrial tem início a burguesia inglesa devido a essa característica, tinha capitais acumulados suficientes para investir no processo de industrialização. A origem deste capital obviamente veio de diversas atividades, até inclusive da própria mineração brasileira devido às relações entre a monarquia britânica e a monarquia portuguesa.

Essas revoluções permitiram que o Estado estabelecesse automaticamente tratados comerciais, garantissem a supremacia inglesa através das condições econômicas para investir no caríssimo processo de industrialização e também o desenvolvimento nos processos de mecanização. Todo esse processo deu origem à revolução industrial.

A Revolução começou na Inglaterra, com uma série de inovações para tornar o trabalho mais eficiente e produtivo, tendo em 1760 a invenção das primeiras máquinas de fiar e em 1779 da máquina a vapor. Essas inovações inglesas atingem, em primeiro lugar, a mineração e a fabricação de tecidos. Por conseguinte, as máquinas começam a entrar pela porta da indústria têxtil, e as fábricas substituem a manufatura artesanal, ou seja, houve a substituição do homem pela máquina. Logo, podemos dizer que as máquinas foram responsáveis por grande parte das mudanças ocorridas nos processos produtivos dos últimos séculos. Conforme aponta Huberman (1986, p.172),

O aparecimento da máquina movida a vapor foi o nascimento do sistema fabril em grande escala. Era possível ter fábricas sem máquinas, mas não era possível ter máquinas a vapor sem fábricas. O sistema fabril, com sua organização eficiente em grande escala e sua divisão de trabalho, representou um aumento tremendo na produção. As mercadorias saíam das fábricas num ritmo intenso.

Nas novas cidades industriais, os avanços em tecnologia e organização permitiram que o trabalhador médio produzisse mais do que nunca. Para Albuquerque e Moreira (2016),

As máquinas [...] muito mais do que poupadoras de trabalho, elas são potencializadoras de força de trabalho, agindo sobre esta de forma a aumentar a velocidade de produção e adreza do trabalhador especializado (SMITH, 1996). São, portanto, um instrumento da forma de produção e valorização nascente do sistema de produção que foi denominado a *posteriori* de Capitalismo, tendo condicionado o surgimento da indústria.

Com tudo isso, a produção foi se concentrando nos grandes estabelecimentos e as manufaturas artesanais foram acabando. Logo, os novos métodos de cultivo e máquinas agrícolas os deixaram sem trabalho na terra e forçaram a procura de emprego nas indústrias. Assim, a revolução industrial trouxe para a sociedade novos problemas que eram inexistentes anteriormente, como por exemplo, as transformações na forma de propriedade da terra.

A revolução industrial estabeleceu novas relações de produção e fez surgir uma nova classe social chamada proletariado, sendo a burguesia os donos dos meios de produção e o proletariado aqueles que vendem a sua força de trabalho. A burguesia e o proletariado se tornaram as principais forças da sociedade. A burguesia exigia liberalismo político e econômico. Os trabalhadores exigiam reformas sociais urgentes, o resultado foi uma onda revolucionária que atingiu quase todos os países da Europa. Netto e Braz (2011, p. 183), afirmam que neste período,

[...] surgem as lutas de classes na sua modalidade moderna, ou seja, as lutas fundadas na contradição entre capital e trabalho. Tais lutas, antagonizando a burguesia e os trabalhadores (elementarmente, a burguesia e o proletariado) e que, a partir daí, estarão sempre presentes na ulterior evolução do capitalismo, adquirem inicialmente formas grosseiras, mas pouco a pouco, avançam para uma crescente politização que as torna mais conscientes [...].

A partir desta divisão, tentaremos posteriormente compreender de forma problemática e crítica quais foram as consequências que ocorreram ao longo do processo de desenvolvimento da revolução industrial na vida dos trabalhadores.

2.3 Revolução industrial, trabalho e “questão social”

Quando a Revolução Industrial começou, no século XVIII, a grande maioria das pessoas vivia no campo. Mas o crescimento das cidades coincidiu com o crescimento da indústria, e a rápida urbanização continua a aumentar na contemporaneidade. Em 2008, pela primeira vez na história da humanidade, mais pessoas no mundo viviam em cidades do que em áreas rurais (“População Mundial”). O mesmo processo de 250 anos também resultou em inovações tecnológicas modernas com as quais gerações de pessoas se acostumaram - como motores a vapor, ferrovias, carros, aparelhos modernos e computadores, além disso, a expectativa média de vida mais que dobrou nas nações industrializadas (KRZARNIC, 2013).

Por outro lado, a industrialização não espalhou a riqueza uniformemente em todo o mundo, e as consequências muitas vezes foram injustas. Um exemplo são os dados trazidos no relatório O Estado da Segurança Alimentar e Nutrição no Mundo

publicado em 2018 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) onde revela que, em 2017, uma em cada nove pessoas no planeta foi vítima da fome. Essa tragédia é apenas uma das consequências de longo alcance da desigualdade de riqueza e renda em nosso mundo contemporâneo.

Carvalho (1997, p.72 apud SILVEIRA e BAZZO, 2009) comenta que,

a partir da Revolução Industrial os conhecimentos tecnológicos e a estrutura social foram modificados de forma acelerada. Porém, foi a partir da segunda metade do século XX que a humanidade mais acumulou conhecimentos e mais acelerou o processo de transformações sociais. Com isso, surgiram novos problemas inexistentes anteriormente como, por exemplo, as transformações na forma de propriedade da terra. Muitos camponeses destituídos dos meios de produção foram expulsos do meio rural e migraram para a cidade em busca de trabalho na indústria. Isso fez com que as cidades crescessem desordenadamente gerando problemas cruciais como: habitação, saúde, educação, saneamento, entre outros. Também, o aumento do número de trabalhadores desempregados fez baixar o valor da força de trabalho e pressionou os trabalhadores empregados a manter sob relativo controle suas reivindicações por melhores salários e melhores condições de trabalho.

Pereira (2003) complementa que,

[...] no século XIX: [...] a industrialização, acompanhada da urbanização, constituiu o processo desencadeador da questão social, no qual as relações sociais e econômicas pré-industriais foram substancialmente desmanteladas pelo avanço das forças produtivas que respondem, primariamente, pelas mudanças estruturais.

A “questão social” é o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que, segundo IAMAMOTO (2000, p.27) “tem uma raiz comum: [...] o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade”.

Para Amorim (2017, p.5),

A "questão social" contemporânea, chamada erroneamente de "nova questão social", advém dessas profundas modificações nos padrões de produção, de acumulação e de concorrência do mundo capitalista decorrentes da crise do sistema capitalista internacional: do esgotamento do modelo fordista-keynesiano, do processo de globalização financeira (produto de uma estratégia norte-americana) e da reestruturação produtiva, que obtiveram mais força com o fim do "socialismo real", o qual atuava como uma contra tendência política ideológica à lógica do capital. A conjunção globalização e neoliberalismo acabou por demonstrar a ausência de "compromisso social" do capital, e o Estado de Bem Estar Social começava a ruir.

Quando analisamos a evolução do processo da revolução industrial, é possível notar que todas as suas fases trouxeram consequências para a vida dos trabalhadores.

Segundo Campos (1988) a 1ª fase vai de 1760 à 1860 e foi um momento especialmente difícil para os trabalhadores, pois, predominavam as péssimas condições de trabalho e as precárias condições de segurança para os mesmos. A inexistência de legislação trabalhista para amparar e proteger os trabalhadores tornou a situação ainda mais complicada. Não haviam leis para regulamentar novas

indústrias. Por exemplo, nenhuma lei impedia que as empresas contratassem crianças de sete anos para trabalhar em tempo integral em minas de carvão ou fábricas. Nenhuma lei regulamentou o que as fábricas poderiam fazer com seus resíduos de risco biológico. O capitalismo de livre mercado significava que o governo não tinha papel na regulação das novas indústrias ou no planejamento de serviços para novas cidades. Assim, durante a primeira fase da Revolução Industrial, a sociedade britânica tornou-se o primeiro exemplo do que acontece em um país quando o capitalismo de livre mercado não tem restrições.

A 2ª fase da revolução industrial tem início por volta de 1860 e se estende até 1945, data do fim da 2ª guerra mundial. Netto e Braz (2006) ressaltam que nessa fase “importantes desenvolvimentos estavam se realizando no domínio das ciências naturais, estimuladas pelas demandas da indústria e fortemente marcadas pelo positivismo”. Nesse momento, já havia uma intensa mobilização dos trabalhadores e uma ampla difusão das organizações sindicais. A luta dos trabalhadores foi responsável pela melhoria nas condições de trabalho e pela pressão junto aos governos dos Estados com o objetivo de criar uma legislação trabalhista.

A 3ª fase da revolução industrial começa em 1945 (ano do término da segunda guerra mundial) e se estende até os dias atuais, e é caracterizada por um avanço notável em diversos setores, principalmente aqueles ligados à alta tecnologia. Essa fase é marcada pela intensificação das lutas trabalhistas objetivando não apenas a ampliação, mas principalmente a manutenção dos direitos adquiridos durante todos estes anos.

Além disso, essa fase também conhecida como revolução técnico-científica informacional, trouxe grandes mudanças no processo de produção, o que ocasionou e têm ocasionado cruéis consequências para os trabalhadores. Segundo Amorim (2017), nesta nova fase, o modelo fordista de produção – modelo produtivo predominante na fase anterior – foi superado pelas novas tecnologias e pelas formas organizacionais características do modelo Toyotista, gerando o desemprego estrutural, o aumento do exército de reserva que enfraquece o poder de reivindicação dos trabalhadores, a flexibilização e fragmentação da produção, o que ocasiona um afastamento do trabalhador do processo produtivo e o aumento da chamada alienação do trabalho, causada pela divisão-sócio técnica do trabalho. Todas essas mudanças trazidas através da reestruturação produtiva fizeram com que a classe trabalhadora se tornasse mais fragmentada, causando um impacto negativo na consciência de classe e ocasionando o retrocesso da sua força sindical. Amorim (2017) complementa que a modificação do modelo fordista de produção também provocou um rearranjo sócio-político, a contrarreforma do Estado e o reordenamento das políticas sociais, que faz a organização da classe trabalhadora e dos movimentos sociais mais urgentes do que nunca, encontra-se sob o risco de perda de conquistas históricas.

2.4 A organização “técnica” do trabalho no século XX: Taylorismo-fordismo e Toyotismo

A partir da segunda metade do século XVIII transformações no processo produtivo, iniciadas com a separação do trabalhador dos instrumentos de trabalho e da divisão do processo produtivo marcaram o universo do que, mais tarde seria conhecida como indústria moderna. A partir daí houve a necessidade de buscar maneiras de melhor controlar os gastos, a produtividade, o trabalhador e o retorno

financeiro, o que podemos denominar de “organização técnica do trabalho”. Assim, conforme afirma Pinto (2007, p. 14),

esse sentido estritamente técnico de encarar a organização do trabalho foi incorporado pelo modo de produção capitalista e submetido aos interesses de classe aí envolvidos, especialmente após as primeiras revoluções industriais, do século 18 em diante. Desde então, a organização do trabalho foi elevada à categoria de matérias de conhecimento a ser conquistada com base na luta política e econômica explícita entre o empresariado (classe proprietária dos meios de produção e compradora de força de trabalho) e os trabalhadores (classe social expropriada nesse processo e cuja existência atual exige vender sua capacidade de trabalho em troca de salários).

Nesse sentido, no decorrer do tempo surgiram diversos modelos e sistemas de produção industrial, sendo os principais: Taylorismo, Fordismo e Toyotismo. Um tipo sempre complementava e superava o outro de acordo com o momento histórico e suas respectivas necessidades.

No Taylorismo, o objetivo era dinamizar o trabalho na indústria e otimizar a produção, de modo a aumentar a racionalização do movimento e evitar a ociosidade operária. Para Taylor, o operário das fábricas deveria executar tarefas especializadas, sendo a ideia fundamental desse sistema de organização uma especialização extrema de todas as funções e atividades (PINTO, 2007, p.30). O trabalho manual seria diferenciado do trabalho intelectual. Esses métodos visavam produzir maior quantidade em menos tempo. Taylor foi o precursor da administração científica baseada no estudo do tempo, supervisão funcional, padronização, fichas de instrução e prêmios por produção.

O Taylorismo foi absorvido nas fábricas de automóveis de Henry Ford no começo do século XX. Depois sofreu adaptações que o identificaram como um novo modelo de divisão do trabalho denominado fordismo. Dando prosseguimento à teoria de Taylor, Henry Ford desenvolveu seu método de produção baseada na linha de montagem, reduzindo incrivelmente o tempo de trabalho necessário à produção de um dado produto. Sua mais famosa implantação foi a esteira de produção. O fordismo também ficou conhecido pela rígida padronização da produção. Para Ford apud Pinto (2007),

“a ideia básica era a seguinte: padronizando os produtos e fabricando-os numa escala imensa, da ordem de centenas ou milhares por dia, certamente os custos de produção seriam reduzidos e contrabalançados pelo aumento do consumo, proporcionado, por sua vez, a elevação da renda em vista dos melhores salários que poderiam ser pagos em função do aumento das vendas e, portanto, dos lucros empresariais.” (PINTO, 2007, p.34-35).

Em “Tempos modernos” (“Modern times”), filme de Charles Chaplin de 1936, o diretor mostra com muita inteligência os efeitos que a revolução industrial trouxe à classe trabalhadora e faz uma crítica aos modelos taylorista e fordista, mostrando as condições do trabalhador dentro da fábrica, onde é possível ver a tentativa do dono dos meios de produção de ganhar cada segundo. “A temática de “Tempos modernos” custou a Chaplin uma série de perseguições juntamente com a acusação de simpatias comunistas”.

No filme, o vagabundo Carlitos, ironicamente, encontra-se na condição de operário. É no auge do predomínio do padrão de acumulação taylorista-fordista, em que os trabalhadores têm suas habilidades substituídas por um trabalho rotineiro e

alienado. “É o predomínio da esteira rolante de Ford, do cronômetro de Taylor, do operário-massa” (PRIEB, 2011 p.1). De acordo com Antunes (2006) apud Dantas (2013), esse processo de transformação no meio produtivo fez com que ocorresse,

uma diminuição da classe operária industrial tradicional ao passo em que ocorre uma expressiva expansão do trabalho assalariado, vivencia-se uma subproletarização intensificada e um aumento do desemprego estrutural (aquele resultante da substituição do trabalho humano pelo emprego de máquinas, resultando na redução da mão de obra).

Outra característica do modelo fordista foi a produção em série, originando grandes estoques. Este fato contribuiu para a chamada crise de 29, pois, com a diminuição do consumo de mercadorias nos EUA, houve uma superprodução (mais mercadorias que consumidores). Os preços caíram, a produção diminuiu e o desemprego aumentou. A queda dos lucros, a retração da produção industrial e a paralisação do comércio resultou na quebra da bolsa de valores de NY. Com a crise de 29 o modelo fordista sofre uma forte queda. Desta forma, o capitalismo liberal começa a ser questionado, e surge o capitalismo de intervenção do estado (Keynesianismo). Após os anos 70, ressurge o liberalismo (queda da taxa de lucros das empresas, aumento da inflação e endividamento estatal na montagem do estado de bem-estar). Conforme aponta Santos (2013), “após um longo período de acumulação de capitais, que ocorreu durante o apogeu do fordismo e da fase Keynesiana, o capitalismo, a partir do início dos anos 70, começou a dar sinais de um quadro crítico”.

Enquanto isso, do outro lado do mundo, o Japão se levantava das cinzas causadas pela II guerra mundial. O Japão foi o berço da produção flexível. O objetivo de Taiichi Ohno (o pai fundador) era: “tornar a produção a mais flexível possível, produzindo só o necessário, sem a preocupação de formar estoques” (RAMOS, 2015), nascia então, o Toyotismo. Nele, ocorre a passagem dos sistemas de produção estáticos para os flexíveis e os trabalhadores tornam-se multifuncionais, versáteis e qualificados. Os trabalhadores são treinados para conhecer todos os processos de produção, podendo atuar em várias áreas do sistema produtivo da empresa. Além disso, a flexibilidade na produção está ligada à ideia de fábrica enxuta, pois rompe com o modelo de produção em série que necessitava de muitos trabalhadores.

As principais características do toyotismo são a flexibilidade da produção, ou seja, produzir apenas o necessário reduzindo os estoques ao mínimo, a automatização da produção, onde um funcionário poderia manusear várias máquinas ao mesmo tempo diminuindo os gastos com pessoal. Além disso, Pinto (2007, p.65) aponta que,

o sistema toyotista de organização intensificou o controle patronal sobre os trabalhadores nos locais de trabalho. A centralização de várias funções dentro de postos polivalentes trouxe facilmente à vista das gerências o trabalho defeituoso, ou então o acúmulo de estoques, evidenciando capacidade produtiva ociosa. Isso tornou possível um controle ativo sobre os trabalhadores e desenvolveu a chamada “gestão pelos olhos” [...]

Neste modelo produtivo também surgem os sindicatos empresariais, no qual o sindicato estabelecia uma relação que favorecia a aplicação de uma política sindical que tendia a alinhar-se com a estratégia de negócios da empresa gerando uma espécie de convergência de objetivos. Assim, pode-se dizer que as características

do toyostimo alteraram profundamente a matriz da empresa fordista e geraram novos fenômenos no âmbito da flexibilização do trabalho.

Porém, embora possa parecer que o modelo toyotista de produção valorize mais o trabalhador do que os modelos anteriores, tal impressão é uma ilusão, pois, o Toyotismo representou, na verdade, uma grande ofensiva aos trabalhadores, uma vez que se instalou como um processo apenas preocupado em resgatar o domínio e o poder de acumulação do capital, evidenciando que este modelo de sociedade composta por exploradores e explorados ainda irá perdurar.

3 ESTRUTURA PRODUTIVA E PARQUE INDUSTRIAL NO BRASIL E NA PARAÍBA

3.1 Produção industrial e as particularidades do capitalismo brasileiro

O modelo brasileiro de industrialização como conhecemos atualmente começou a ser traçado a partir da década de 1880, bem depois do processo observado na Europa e Estados Unidos. Podemos citar duas consequências principais para esse processo tardio de industrialização em nosso país. A primeira trata-se da dependência de capital e a segunda da dependência de tecnologia.

Nós passamos por um processo de colonização e exploração e esse processo impunha ao Brasil um pacto colonial. Esse pacto colonial proibia ou pelo menos era pautado em duas questões principais. Primeiro no monopólio comercial, ou seja, proibia a comercialização do Brasil com outros países que não fosse a sua respectiva metrópole. O segundo ponto do pacto colonial (1530-1808) era exatamente o que tocava a relação das manufaturas. Havia a proibição das manufaturas na colônia, conseqüentemente, a industrialização do Brasil vai ocorrer de forma muito atrasada. Com a vinda da família real para o Brasil em 1808 o pacto colonial é extinto e ocorre então o fim do monopólio comercial e da proibição das manufaturas, com isto surgem no Brasil as primeiras fábricas. Porém, este período de formação de industrialização ainda é muito incipiente e a agricultura e a exportação de produtos primários continua sendo a parte mais importante da economia brasileira.

De acordo com Sousa ([200-?]), com o acontecimento da primeira guerra mundial em 1914 que envolveram os países que tiveram industrialização clássica, “o parque industrial europeu foi quase reduzido pela metade e o potencial agrícola sofreu uma queda de 30%”.

Esta crise levou o Brasil e outros jovens países que haviam deixado de ser colônia recentemente à necessidade de uma política de substituição de importações, ou seja, passamos a produzir no Brasil aquilo que antes era importado, gerando assim um foco muito grande no mercado interno. Mas a industrialização efetiva do Brasil só acontece principalmente pós década de 30, mais precisamente entre as décadas de 40 e 50 quando o governo Vargas cria mecanismos para a efetivação da industrialização. Antes deste período o Brasil teve o que chamamos de surtos industriais, ou seja, o surgimento de atividades fabris que levaram ao princípio de um processo industrial, porém, sem consistência ou duração. Sendo assim, durante este processo não houve uma industrialização efetiva ou consistente, e este processo não tornou o Brasil uma potência de economia industrial. Então, podemos dizer que o Brasil se industrializou de fato no governo Vargas, pois, a crise de 29 levou a economia brasileira a passar por uma forte transformação, uma vez que o Brasil era um país basicamente agroexportador, ou seja, mantinha sua economia pautada na

exportação de um único produto que era o café. Com a crise de 29, a economia do café entra em decadência.

Com isto, as velhas oligarquias também entram em crise e ocorre a ascensão de Vargas. Ele vai instituir uma nova política no Brasil, com o intuito de transformar um país que até então era agroexportador em um país urbano industrial. Essa transformação vai trazer ao Brasil um novo fluxo de industrialização a partir dos anos 30.

Analisando esse período Oliveira (2013, p. 10):

revolução de 1930 marca o fim de um ciclo e o início de outro na economia brasileira: o fim da hegemonia agrário-exportadora e o início da predominância da estrutura produtiva de base urbano-industrial. Ainda que essa predominância não se concretize em termos da participação da indústria na renda interna senão em 1956, quando pela primeira vez a renda do setor industrial superará a da agricultura, o processo mediante o qual a posição hegemônica se concretizará é crucial: a nova correlação de forças sociais, a reformulação do aparelho e da ação estatal, a regulamentação dos fatores, entre os quais o trabalho ou o preço do trabalho, têm o significado, de um lado, de destruição das regras do jogo segundo as quais a economia se inclinava para as atividades agrário-exportadoras e, de outro, de criação das condições institucionais para a expansão das atividades ligadas ao mercado interno.

A industrialização de Vargas era pautada no tripé: indústria de base, capital nacional e concentração industrial. A concentração industrial ocorre no sudeste do Brasil, mais precisamente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, devido a produção de café.

A indústria de base é aquela indústria que vai servir como alicerce para que outras indústrias funcionem. Sem isso nenhum país consegue se industrializar de forma efetiva. Como exemplo, podemos citar a CSN e a VALE que promoveram o fornecimento de matérias primas para a produção de bens de consumo e bens de capital. Além da Eletrobrás e Petrobras que forneceram energia e o BNDES que financiou a industrialização brasileira. Segundo Pires (1995) apud Alcantara e Lucena ([200-?]):

A industrialização brasileira começou pela implantação das indústrias de bens de consumo duráveis, de capital intensivo e poupador de mão-de-obra (RANGEL, 1986a: 22-23). Os setores industriais que mais cresceram foram: cimento, siderúrgico, metalúrgico, papel, material elétrico (NUNES, 1990:171) e, posteriormente, petroquímico. Este impulso não foi suficiente para formar o embrião do capital bancário brasileiro. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, criado em 1952, teve um papel fundamental na constituição das indústrias emergentes, porque ajudou a implantar um forte setor de bens manufaturados e de consumo, e iniciou a exploração do petróleo, via Petrobrás inaugurada em 1954. A fisionomia ou paisagem da modernização, moldada pelo Projeto Político da Sociedade Nacional, sob a mediação do Estado Nacional, foi um resultado da integração do território, via implantação de uma malha rodoviária de integração do mercado interno e do processo de industrialização (PIRES, 1995, p.53).

Foi graças à atividade cafeicultura que o país experimentou o seu primeiro surto comercial. O café proporcionou o capital, estabeleceu um novo centro econômico como elemento motriz da riqueza nacional em São Paulo e Minas Gerais,

criou elos com o capital externo para atingir mercados internacionais e repercutiu a riqueza criada na expansão regional, com o crescimento de cidades, a criação e expansão da malha ferroviária e a diversificação de investimentos que ocasionou o primeiro surto industrial no Brasil. A estrutura da indústria, no Brasil, começou a se modificar na década de 1970 com o “enfraquecimento” das indústrias tradicionais e em seu lugar entram as indústrias dinâmicas. Assim, as unidades químicas, metalúrgicas e mecânicas entraram com mais força no lugar daqueles que vieram a ser foco da indústria do Brasil em 1960.

A passagem do processo agrário para o urbano-industrial acarretou profundas mudanças também na distribuição espacial da população. Furtado (1976) apud Szmrecsányi (2002, p.5) aponta que, “foi no Nordeste que se instalaram, após a reforma tarifária de 1844, as primeiras manufaturas têxteis modernas e, ainda em 1910, o número de operários têxteis dessa região se assemelhava ao de São Paulo”. Assim, a reorganização industrial reflete a inserção do espaço nordestino na economia globalizada. Esse processo implica a configuração de uma nova divisão de trabalho, onde o nordeste passa a recepcionar investimentos em indústrias de trabalho intensivo.

Logo, com a intensificação do desenvolvimento industrial nessa região do Brasil, alguns estados passaram a assumir papéis importantes nesse processo, como é o caso do estado da Paraíba, sendo este estado o foco do presente trabalho e que será abordado a seguir.

3.2 Panorama histórico da indústria paraibana

Apesar da industrialização do Brasil e, especialmente, da Paraíba ter ocorrido muito após a Revolução Industrial, a forma de produção que surgiu no estado foi muito mais simples do que a que se verificou na Inglaterra do século XVIII. A indústria, como forma de produção organizada, mais eficiente e potencializadora de trabalho, só emerge no Brasil no século seguinte e de forma muito tímida. No que se refere ao estado da Paraíba, só começa a granjear espaço no final do século XIX, impulsionada pelos incentivos governamentais, tanto no âmbito federal como estadual (MACEDO, 1986; KOURY, 1986; MAIA, 1986 apud ALBUQUERQUE e MOREIRA, 2016)

O estado da Paraíba possui uma população estimada de 3.996.496 de habitantes segundo o censo de 2018 do IBGE e é caracterizado geograficamente por quatro Mesorregiões, que são: Mata Paraibana, Agreste, Borborema e Sertão.

Albuquerque e Sousa (2016) registram que “espacialmente, essa divisão geográfica direcionou a partir da década de 1960, durante a política da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), a instalação de distritos industriais nas principais cidades do estado que desde então abrigam empreendimentos de diferentes segmentos da indústria extrativa, de transformação e construção civil”.

Lima e Ferreira (1994) afirmam que,

Na Paraíba, até a década de 70, quando da criação dos Distritos Industriais em João Pessoa, Santa Rita e Campina Grande, o número de fábricas era restrito; na maioria dos casos, se tratava de pequenas unidades industriais. A partir dos anos 70, mais de 150 projetos industriais foram implementados, sendo que, destes, 107 empregavam mais de cinquenta operários por unidade. Os ramos industriais predominantes, pela ordem, são: minerais não-metálicos, produtos alimentícios, têxteis e metalúrgicos; de capital local,

nacional e multinacional. Nas fábricas têxteis, maiores incorporadoras de mão-de-obra, a ocupação varia de trezentos a mil operários.

Assim, a atividade industrial paraibana entrou em ascensão em decorrência de melhorias ocorridas nas indústrias nativas e da chegada de inúmeras empresas oriundas de outras partes do Brasil, especialmente do Sudeste.

No final do século XIX, durante a fase de implantação da indústria de bens de consumo não durável, o ramo de beneficiamento do algodão ganha destaque no processo de industrialização da Paraíba. Havia no Estado condições climáticas e territoriais para o cultivo algodoeiro e, sendo assim, conciliava a atividade algodoeira florescente com uma atividade açucareira crescente. Conforme Silva (2016, p.24),

A atividade açucareira paraibana contava em sua fase mais inicial com alguns incentivos para a sua expansão e foi entre 1950 e 1980 que esses incentivos se intensificaram inclusive para atrair novas empresas de diferentes setores produtivos. Nesse período, e com o mesmo objetivo, os incentivos também contemplavam a melhoria da infraestrutura no Estado.

Segundo dados do IPEADATA, na segunda metade do século XX ocorreu uma maior expansão da indústria de transformação na economia paraibana. Ou seja, a indústria passou a ter uma maior contribuição para a formação do PIB estadual. Esse processo foi refreado nas últimas duas décadas daquele século devido à falta de projetos de desenvolvimento industrial, o enfraquecimento da SUDENE, à guerra fiscal entre os estados – por meio de taxas diferenciadas de ICMS –, da parca infraestrutura e dos recursos naturais escassos (PEREIRA, 2005; ALBUQUERQUE, 2014 apud ALBUQUERQUE, 2016; MOREIRA, 2016). Com efeito, o valor adicionado da indústria representava 8,9% do PIB estadual, em 1960. Essa participação elevou-se para 14,7, em 1970, atingindo o percentual de 26,8%, em 1986, passando a decrescer a partir de então. Houve uma pequena recuperação deste setor nos últimos anos do século XX, mas nem a virada do século, nem a mudança do paradigma de política econômica adotado na primeira década do século XXI foram capazes de impedir a redução da importância deste setor para a economia estadual. Em 2009 sua participação foi da ordem de 19,96% (ALBUQUERQUE e MOREIRA, 2016).

Vale ressaltar que a lei de criação da SUDENE estabeleceu duas importantes medidas de estímulo à indústria: na primeira, as empresas que desejassem investir na Região Nordeste tiveram 50% do imposto de renda liberado; na segunda, assim como uma continuação da primeira medida, ampliou os direitos a empresas estrangeiras.

Após a implementação dessas medidas, houve um considerável desenvolvimento da indústria na Paraíba: Entre 1959 e 1979 o número de indústrias triplicou e o número de ocupação de pessoal aumentou 2,4 vezes (BORGES SILVA, 2016).

4 DINÂMICAS ATUAIS DA INDÚSTRIA PARAIBANA E SEUS IMPACTOS SOBRE O TRABALHO

4.1 A composição do setor industrial

O estado da Paraíba possui PIB industrial de R\$ 8,2 bilhões, equivalente a 0,7% da indústria nacional, sendo o nono menor PIB do Brasil, com R\$ 52,8 bilhões, além de empregar 108.163 trabalhadores na indústria (CNI, dados de 2016).

Segundo quadro do IBGE vigente entre 1989 e 2017, existe três aglomerados de indústrias na Paraíba. O primeiro está na mesorregião da Mata Paraibana, é composto pelas indústrias das cidades de João Pessoa, Santa Rita, Bayeux, Cabedelo, Lucena e Conde. Neste aglomerado podemos destacar as indústrias de alimento, a têxtil, a de construção civil e a do cimento. O segundo está no Agreste Paraibano, corresponde à cidade de Campina Grande, onde são encontradas com maior destaque as indústrias de bebidas, têxtil, de calçados, de frutas industrializadas e de informática. O terceiro e último aglomerado industrial situa-se na mesorregião do Sertão Paraibano, composto por indústrias das cidades de Patos, Cajazeiras, São Bento e Souza, nas quais as indústrias que se destacam são as têxteis e de confecções. Até 1920, a Paraíba, chamada até então como Parahyba do Norte, já possuía um total de 251 unidades industriais. Dessas indústrias, o setor que se destacava era o têxtil, com um total de 169 unidades. Seguido pela indústria alimentícia com 31 e pela indústria de vestuário e tocado, com 22 estabelecimentos (KOURY, 1986 apud ALBUQUERQUE e MOREIRA, 2016).

A composição do setor industrial paraibano pode ser analisada com base nos dados apresentados na Tabela 1, referentes ao ano de 2016.

Tabela 1 – Percentual da composição setorial:

Setor	Paraíba	Região Nordeste	Brasil
Construção	35,50%	32,20%	23,90%
Serviços industriais de utilidade pública	21,20%	16,40%	12,50%
Couros e calçados	12,00%	2,70%	1,10%
Alimentos	7,80%	9,30%	12,30%
Minerais não metálicos	5,90%	2,10%	2,00%
Têxteis	3,20%	1,00%	1,00%
Bebidas	3,10%	2,70%	2,20%
Derivados de petróleo e biocombustíveis	2,20%	8,20%	6,20%
Extração de minerais não-metálicos	1,80%	0,90%	0,50%
Borracha e material plástico	1,40%	1,90%	2,30%
Produtos de metal	0,90%	1,20%	2,10%
Impressão e reprodução	0,90%	0,30%	0,50%
Vestuário	0,80%	1,40%	1,30%
Químicos	0,70%	6,80%	5,40%
Móveis	0,70%	0,40%	0,80%
Produtos diversos	0,30%	0,20%	0,70%
Manutenção e reparação	0,30%	0,70%	0,90%
Celulose e papel	0,20%	2,80%	2,50%
Máquinas e equipamentos	0,20%	0,20%	2,60%
Metalurgia	0,10%	1,80%	3,00%
Informática, eletrônicos e ópticos	0,10%	0,30%	1,40%
Máquinas e materiais elétricos	0,10%	1,20%	1,60%
Madeira	0,00%	0,10%	0,60%
Veículos Automotores	0,00%	1,50%	3,70%

Farmacêuticos	0,00%	0,20%	1,60%
Extração de petróleo e gás natural	0,00%	2,40%	3,10%
Outros equipamentos de transporte	0,00%	0,50%	1,00%
Atividades de apoio à extração de minerais	0,00%	0,20%	0,40%
Fumo	0,00%	0,10%	0,30%
Extração de minerais metálicos	0,00%	0,10%	2,40%
Extração de carvão mineral	0,00%	0,00%	0,00%

Fonte: CNI – Elaborada pelo autor, 2019.

Nota: Ano base 2016.

Analisando a tabela 1, podemos ressaltar que os 5 primeiros setores (Construção, Serviços industriais de utilidade pública, Couros e calçados, Alimentos e Minerais não metálicos) relacionados no quadro, juntos representam 82,4% da indústria do estado. Ainda segundo dados do CNI, bebidas foi a atividade que mais ganhou participação na indústria do estado: aumentou 0.6 pontos percentuais entre 2007 e 2016.

4.2 Reestruturação produtiva e gestão da força de trabalho: apontamentos gerais

A indústria paraibana até a década de 20, estimulada por instituições governamentais, já empregava mais de 3 mil funcionários, prevalecendo o setor têxtil como o maior empregador, com 1.818 operários (KOURY, (1986) apud Albuquerque e Moreira (2016).

Lima e Ferreira (1994) afirmaram que até 1994 na Paraíba, ainda não se podia falar de gerações operárias, pois, os trabalhadores que iniciaram o Distrito Industrial ainda estavam perto da aposentadoria. O mercado de trabalho na capital permanecia restrito, com 50 por cento dos trabalhadores fora do chamado setor formal, vivendo de expedientes, em uma situação de desemprego disfarçado. Nesse sentido, o emprego fabril poderia ser considerado atraente pelo salário “garantido”, pela profissionalização e pelo acesso a direitos sociais e serviços assistenciais. Os autores (1994, n.p) ainda reforçam que,

as trajetórias profissionais estão vinculadas às possibilidades efetivas de mobilidade do trabalhador, no mercado ou nos mercados de trabalho para ficarmos apenas em um ramo industrial, podem assumir características diversas, em função das formas diferenciadas que a gestão da força de trabalho assume por empresa. Essa gestão pode ser denominada também cultura empresarial (Cabanês, 1986, p. 57). Dessa forma, empresas do mesmo ramo industrial e situadas em patamares tecnológicos similares podem utilizar força de trabalho mais jovem e sem experiência e grande rotatividade; privilegiar operários formados na própria fábrica ou em outras, com experiência e maior estabilidade; ter ou não políticas de mobilidade profissional interna, planos de carreira etc.

Lima e Ferreira (1994) também apontam que,

A estrutura e o perfil do operariado fabril vêm passando por profundas transformações nestas últimas décadas, como resultado das inovações tecnológicas e organizacionais e da reestruturação produtiva em curso nos

países de capitalismo avançado. O chamado modelo fordista de produção em massa vem sendo substituído pela flexibilização da produção, como consequência da retração dos mercados mundiais, trazendo alterações nas relações de trabalho [...].

Como vimos anteriormente, esse processo de reestruturação produtiva se deu a partir da crise dos modelos de produção taylorista e fordista após a década de 1960, quando houve um grande aperfeiçoamento da tecnologia e foi adotado um novo modelo de gestão da produção denominado de Toyotismo. Antunes (2006) apud Dantas (2013) destaca que um aspecto fundamental do toyotismo é que “(...) para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível à flexibilização dos trabalhadores”. Com isto, Dantas (2013) aponta que “a Reestruturação Produtiva e suas inflexões sobre o mundo do trabalho demarcam um processo de acentuada flexibilização, precarização, fragmentação e terceirização das forças produtivas”.

Conforme destaca Antunes (2006) apud Dantas (2013),

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são ‘substituídos’ pela flexibilização da produção, pela ‘especialização flexível’, por novos padrões de busca de produtividade, por novas de adequação da produção à lógica do mercado.

Uma pesquisa realizada em algumas indústrias paraibanas (AMBEV, São Braz e São Paulo Alpargatas), verificou que estas indústrias vêm constantemente buscando novas formas de gestão para melhorar seu desempenho e se tomarem mais produtivas, assim sendo, as unidades da Paraíba adotam algumas medidas para se tomarem mais eficientes, maximizar a produção, competir com outras tantas bem estruturadas e poder se manter no mercado, das estratégias citadas na pesquisa a que ganha maior destaque é o investimento em novos métodos de organização de trabalho e da produção com 67%, em seguida vem: aumento da escala de produção, ampliação do número de produtos e crescimento da automação industrial, como é possível verificarmos no quadro abaixo (FONTGALLAND, SILVA e SANTOS, [201-?]).

Tabela 2 - Unidades locais industriais que adotam estratégias de gestão e respectivo pessoal ocupado, segundo tipos de estratégia Estado da Paraíba (1999)

Em porcentagem

Tipos de Estratégias	Unidades Locais	Pessoal Ocupado
Novos Métodos de Organização de Trabalho/Produção	66,9	72,6
Aumento da Escala de Produção	64,0	70,5
Ampliação do Número de Produtos	57,6	62,3
Crescimento da Automação Industrial	50,9	61,9
Nacionalização produtos e Componentes	34,9	37,1
Crescimento da Importação de Insumos/Componentes	25,7	34,1
Redução do Número de Fornecedores	16,7	13,3
Diminuição da Escala de Produção	15,4	8,2

Redução do Número de Produtos	15,2	10,9
Desativação de Linhas de Produção	13,0	14,4
Substituição de Parte da Produção Local p/ Importados	6,0	6
Outro	0,4	1,9

Fonte: Fundação Seade. Pesquisa da Atividade Econômica Regional- Paer.

Nesse sentido os formuladores de políticas sociais e os gerentes de sistemas são cada vez mais desafiados pela crescente necessidade de gerenciar efetivamente a diversidade da força de trabalho e criar um ambiente organizacional acolhedor e inclusivo. Isto é particularmente importante tendo em vista que o apoio social resulta em bem-estar, satisfação no trabalho e comprometimento organizacional dos funcionários.

Desta forma, fica evidente que no contexto da globalização, as implicações para as práticas de gestão do trabalho social devem ser desenhadas, particularmente para a implementação de políticas e práticas que promovam uma cultura organizacional inclusiva e um sentimento de pertencimento, satisfação e comprometimento nos funcionários, uma vez que “os trabalhadores ainda são importantes recursos estratégicos para o processo de produção, ‘a velocidade com que a tarefa é desempenhada ainda é importante fator de qualificação do trabalho’ (GOMES e SILVA 1997)”.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando a Revolução Industrial começou no século XVIII na Europa, a grande maioria das pessoas vivia no campo. Mas o crescimento das cidades coincidiu com o crescimento da indústria, e a rápida urbanização continua a aumentar na contemporaneidade. Em 2008, pela primeira vez na história da humanidade, mais pessoas no mundo viviam em cidades do que em áreas rurais (“População Mundial”) e a expectativa média de vida mais que dobrou nas nações industrializadas, enquanto a renda média aumentou ainda mais. Certamente, a industrialização melhorou a vida de muitas maneiras para muitas pessoas.

Em suma, a Revolução Industrial é o “divisor de águas” da história moderna do mundo. Mais do que qualquer outra coisa, é o que faz o mundo moderno, bem, “moderno”.

No Brasil e conseqüentemente em diversos estados como a Paraíba, o processo de industrialização caracterizou-se por ter se iniciado tardiamente.

No Estado da Paraíba, as primeiras máquinas – utilizadas na indústria – foram introduzidas no final do século XIX e transformaram a produção de cigarros, de tecidos e do setor gráfico (ALBUQUERQUE e MOREIRA, 2016). Segundo Koury (1986) apud (ALBUQUERQUE e MOREIRA, 2016), essas máquinas causaram modificações nas relações trabalhistas, submetendo o trabalhador ao capital e lhe impondo às necessidades típicas para sua valorização.

Essa mudança nas relações de trabalho continuaram a se acentuar nas décadas seguintes, principalmente após a implementação do modelo toyotista de produção nas indústrias, o que ocasionou uma reestruturação produtiva e um foco na gestão da força de trabalho.

Verificou-se a necessidade de que sejam feitos mais estudos abordando o tema, principalmente ao que tange a região nordeste e o estado da Paraíba.

Em suma, no decorrer do desenvolvimento deste trabalho, chegamos à conclusão que há um grande desafio a ser vencido pelo conjunto de estudiosos que estudam o progresso técnico, e todas as mudanças nos processos e nas relações de trabalho e seus impactos sociais, uma vez que, refletir acerca da gestão da força de trabalho dentro de um sistema de acumulação capitalista na conjuntura do movimento de globalização da economia, não é um tema fácil.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Andreza Dantas; SOUSA, Cidoval Moraes. **Dilemas da indústria na Paraíba: Leituras das percepções do setor empresarial**. Taubaté, 2016. Disponível em: <https://docplayer.com.br/51172850-Dilemas-da-industria-na-paraiba-leituras-das-percepcoes-do-setor-empresarial.html>. Acesso em: 09/05/2019.
- ALBUQUERQUE, Diogo Daniel Bandeira; MOREIRA, Ivan Targino. **A evolução da indústria de transformação da Paraíba na década de 2000**. [S. l.], 2016. Disponível em: <http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/economia/article/view/36078>. Acesso em: 14/05/2019.
- AMORIM, Marina. **Transformações Societárias, “Questão Social” e formas de punição**. II Seminário Nacional de Serviço Social, Trabalho e Políticas Sociais. Florianópolis, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180053>. Acesso em: 13/02/2019.
- BAENINGER, Rosana; DE PAULA GONÇALVES, Renata Franco. **Novas Espacialidades no Processo de Urbanização: A Região Metropolitana de Campinas**. São Paulo, 2016. Disponível em: <http://www.abep.org.br/publicacoes/index.php/anais/article/viewFile/965/930>. Acesso em: 25/10/2018.
- BORGES DA SILVA, Walisson Raniery. **A indústria paraibana: formação, quadro atual e perspectivas quanto ao desenvolvimento sustentável**. João Pessoa, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/1941/1/WRBS04092017.pdf>. Acesso em: 28/03/2019.
- CAMPOS, R. **Estudos de História moderna e contemporânea**. Atual Editora. São Paulo. 1988.
- CARVALHO, M. G. **Tecnologia, Desenvolvimento Social e Educação Tecnológica**. Revista Educação & Tecnologia. Curitiba: Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná, julho de 1997, semestral, p.70-87.
- CHAPLIN, Charles. **Tempos Modernos**. Título original: Modern Times. Preto & Branco. Legendado. Duração: 87 min. Warner, 1936.
- CHAVES, Lázaro Curvêlo. **Revolução Inglesa, a Primeira Revolução Burguesa da Europa**. [S. l.], 2001. Disponível em: <http://www.culturabrasil.org/revolucaoinglesa.htm>. Acesso em: 13/01/2019.

CNI. **Perfil da indústria:** dados 2016. Disponível em: <http://perfildaindustria.portaldaindustria.com.br/estado/pb>. Acesso em: 01/12/2018.

DANTAS, Priscila Monick de Araújo Barbosa. **Mundo do trabalho, reestruturação produtiva e gestão de pessoas: elementos de debate.** [S. l.], 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/mundodotrabalho-reestruturacaoprodutivaegestaodepessoas-elementosdedebate.pdf>. Acesso em: 29/05/2019.

FONTGALLAND, Isabel Lausanne; DA SILVA AIRES, Éverlon Rychelyson; DOS SANTOS QUEIROZ, Vívian. **Investigação do perfil das Inovações Tecnológicas de processos e produtos nas indústrias Paraibanas de plásticos, bebidas e couro-calçados.** [S. l.], 200-?. Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/BB88480B328FE2F503256FC000624F57/\\$File/NT00030A5A.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/BB88480B328FE2F503256FC000624F57/$File/NT00030A5A.pdf). Acesso em: 21/02/2019.

FRANCISCO, Wagner de Cerqueira e. **Industrialização.** Mundo Educação. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/industrializacao.htm>. Acesso em: 28/10/2018.

GERHARDT, Tatiana Engel. **A construção da pesquisa.** In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Org.). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2009. p.37.

GOMES E SILVA, Felipe Luiz. **Gestão da força de trabalho e capital.** [S. l.], 1997. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/107241/ISSN1982-4718-1997-2-3-35-54.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 12/02/2019.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem.** 21ª ed. Rio de Janeiro: LTC, 1986.

IAMAMOTO, Marilda. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional.** 3.ed. São Paulo: Cortez, 2000.

IBGE. **Pesquisa Industrial Anual Empresa: Tabela 1989.** Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pia/default.asp?o=16&i=P> acesso em 28/01/2019.

IPEADATA. Disponível em <http://www.ipeadata.gov.br/>. Acesso em 11/04/2019.

KRZNARIC, Roman. **Sobre a arte de viver: Lições da história para uma vida melhor.** 1.ed. São Paulo: Zahar, 2013.

LIMA, Jacob Carlos; FERREIRA, Brasília Carlos. **Trabalhadores urbanos no nordeste.** Caxambu, 1994. Disponível em: http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_30/rbcs30_09.htm. Acesso em: 03/05/2019.

MANFRED , A. Z. A Idade Média. *In*: MANFRED , A. Z. **História do Mundo**. Lisboa: Edições Sociais, 1977. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/manfred/historia/v01/14.htm>. Acesso em 13/05/2019.

MARX, Karl. **O Capital**. Nova York: Internacional Publishers, 1967.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2006.

OLIVEIRA, F. **A economia brasileira: crítica à razão dualista**. *In*: Seleções CEBRAP I, São Paulo, Ed. CEBRAP/Brasiliense, 1977, p. 10.

PEREIRA, Potyara, A. **Perspectivas teóricas sobre a questão social no serviço social**. *In*: Revista Temoralis CFESS, 2003.

PINTO, Geraldo Augusto. **A organização no trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toytismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

PIRES, Hindenburgo Francisco. **Reestruturação industrial e alta tecnologia no Brasil: as Indústrias de Informática em São Paulo**. 1995, 259 f. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo.

PRIEB, Sérgio A. M. **Os Tempos Modernos de Chaplin: trabalho e alienação na Revolução Industrial**. São Paulo, 2011. Disponível em: <https://dariodasilva.wordpress.com/2011/03/15/os-tempos-modernos-de-chaplin-trabalho-e-alienacao-na-revolucao-industrial/>. Acesso em 28/10/2018.

RAMOS, Matheus. **Fordismo e toyotismo: Suas principais características, com uma análise das precárias relações de trabalho**. Disponível em: <https://matheusramosribeiro.jusbrasil.com.br/artigos/202589865/fordismo-e-toyotismo-suas-principais-caracteristicas-com-uma-analise-das-precarias-relacoes-de-trabalho>. Acesso em: 20/01/2019.

SANTOS, Milena da Silva. **As formas contemporâneas de controle do capital sobre o trabalho**. São Luis, 2013. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo2-transformacoesnomundodotrabalho/asformascontemporaneasdecontroledocapitalsobreotrabalho.pdf>. Acesso em: 05/12/18.

SILVA, Walisson Raniery Borges da Silva. **A indústria paraibana: formação, quadro atual e perspectivas quanto ao desenvolvimento sustentável**. 2016. Dissertação (Bacharel em Ciências Econômicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.

SOUSA, Rainer Gonçalves. **Os resultados da Primeira Guerra Mundial**. [S. l.], [201-?]. Disponível em: <https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/historiageral/os-resultados-primeira-guerra-mundial.htm>. Acesso em: 08/05/2019.

Sem autor. **FAO: fome aumenta no mundo e afeta 821 milhões de pessoas.** Nações Unidas, 2018. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/fao-fome-aumenta-no-mundo-e-afeta-821-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 01/04/2019.

WOLECK, Aimoré. (2002). **O trabalho, a ocupação e o emprego: Uma perspectiva histórica.** Revista de Divulgação Técnico-científica do Instituto Catarinense de Pós-Graduação, 1 (Janeiro), 33-39.

AGRADECIMENTOS

Ao autor e supridor da minha vida; Deus.

Ao meu exemplo de caráter e humildade; meu amado pai e herói Josemi Arruda.

À rainha da minha vida, a mulher mais batalhadora que conheço; minha amada mãe Dalva Bento.

Aos meus cúmplices e metades; meus irmãos Diego Arruda e Amanda Arruda.

À quem me ensina tanto com apenas 3 anos de idade; meu amado sobrinho Heitor.

À quem tanto me incentiva e torce pelo meu sucesso; meus amigos, os quais os nomes não caberiam em apenas uma página... mas quero agradecer especialmente à Luciana Sousa, Cherlene Bezerra, Cinthya Barros, Yuri Donato, Jeová Silva, Jonathan Santana, Vilma Silva, Ana Lígia Cunha, Alessandra Ferreira, Ednailma Luiz, Laura Guimarães, Carla Andrade e Rai Silva por todo incentivo durante esta caminhada.

À quem teve grande paciência com os meus atrasos e sempre me transmitiu tanta leveza em meio à um período tão estressante como é a elaboração de um tcc; Professora Alcione Ferreira.

E aos meus colegas de classe, com quem compartilhei meus dias e aprendi tanto.